

DESPRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE FORMAÇÃO TÉCNICA DO SUS

Joelma Pinheiro Meira Barbosa¹

Giselle Alves da Silva Teixeira²

Maria José Camarão³

Geisa Plácido⁴

Isabela Cardoso Pinheiro⁵

Introdução: O trabalho tem por característica ser uma atividade que se realiza na esfera pública, remunerada e reconhecida útil por outros além de nós, sendo o fator mais importante de socialização. Marx (1983) afirma que, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. O capitalismo e suas formas mais contemporâneas (liberalismo e neoliberalismo) defendem o Estado mínimo e o capital regulado por forças externas e uma sociedade fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. A força de trabalho transformou-se em mercadoria que tem como finalidade criar novas mercadorias e valorizar o capital. Em relação à classe trabalhadora, o processo de reestruturação produtiva demandado pelo capitalismo trouxe consequências ainda pouco previsíveis. Antunes (2011) destaca que um amplo contingente de força humana disponível para o trabalho, em escala global e local, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciam a barbárie do desemprego. A precarização do trabalho caracteriza-se pela desregulamentação e perda de direitos trabalhistas e sociais, pela legalização dos trabalhos temporários e pela criação de novas modalidades de contratação, tais como: terceirização, falsas cooperativas, empreendedores individuais etc. O setor saúde também sofre essas consequências e passa por um processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da mercadorização, que vem afetando fortemente seus trabalhadores (ANTUNES, 2011). A precarização exacerbada, a perda crescente de direitos, o rebaixamento dos salários e o desemprego são fantasmas que assombram os profissionais da saúde. Enquanto trabalhador do setor saúde, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) também vivencia o fantasma da precarização do trabalho. O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi criado em 1991, com o objetivo de reorganização da prática de atenção à saúde com atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde (NASCIMENTO, 2005). Entretanto, somente

1 Autora. Enfermeira da Escola de Formação Técnica Professor Jorge Novis. Mestre em Enfermagem. Mestre em Saúde Coletiva. joelmabarbosa@yahoo.com.br

2 Autora. Enfermeira da Escola de Formação Técnica Professor Jorge Novis. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. contato@gisleteixeira.com.br

3 Autora. Enfermeira. Diretora da Escola de Formação Técnica Professor Jorge Novis. Mestre em Saúde Coletiva. mariacamara@msn.com

4 Autora. Odontóloga. Assessora da Diretoria da Escola de Formação Técnica Professor Jorge Novis. Mestre em Saúde Coletiva. geisaplacido@gmail.com

5 Autora. Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. isabelacmp@gmail.com

em 2002, através da Lei 10.507 de 10/07/02 o ACS foi reconhecido como categoria profissional. Assim, o Ministério da Saúde através da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SEGTES) vem desenvolvendo um conjunto de ações com o objetivo de desprecarizar o trabalho no setor saúde e singularmente o trabalho do ACS. Na Bahia, os ACS constituem um contingente de cerca de 26.000 trabalhadores. Seguindo as diretrizes da SEGETS, o Conselho Estadual de Saúde aprovou, em 2007, a Política Estadual para Desprecarização dos Vínculos de Trabalho dos ACS. A partir da aprovação dessa política, a Escola de Formação Técnica Prof. Jorge Novis (EFTS), em parceria com a Diretoria de Atenção Básica (DAB), vem conduzindo o processo de desprecarização do trabalho dos ACS na Bahia. **Objetivo:** Analisar as contribuições da EFTS no processo de desprecarização do trabalho dos ACS na Bahia. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa documental e descritiva, com abordagem qualitativa. O material empírico constituiu-se de documentos oficiais da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, da EFTS e do Ministério da Saúde que versam sobre a desprecarização do trabalho dos ACS na Bahia. O conteúdo dos documentos foi analisado, buscando-se aspectos relevantes que aparecem e reaparecem em contextos variados, direcionando a codificação da unidade de análise que reflete os propósitos da pesquisa. O estudo ancorou-se no referencial metodológico da dialética que proporcionou a abordagem da realidade estudada, reconhecendo-a e relacionando-a com o processo histórico, no seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. O método dialético é considerado como uma estratégia de apreensão e compreensão da prática social empírica de uma dada realidade social, com suas contradições e desdobramentos. **Resultados:** A Escola de Formação Técnica Prof. Jorge Novis conduz o processo de formação dos profissionais de nível médio que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado da Bahia, oferecendo uma gama de cursos profissionalizantes baseados no currículo integrado e na metodologia ativa de ensino e aprendizagem. Dentre os cursos oferecidos, foi criado o Curso Técnico do Agente Comunitário de Saúde, como uma das estratégias para desprecarização do trabalho dos ACS na Bahia. O curso é dividido em 3 módulos com uma carga horária total de 1200 horas; é oferecido de forma descentralizada nos municípios; e é conduzido pelas enfermeiras dos serviços de saúde, tendo como foco o processo de trabalho do ACS. Dentre os critérios estabelecidos pela EFTS para implementação do curso, destaca-se a exigência da aprovação pela Câmara de Vereadores de cada município da Lei Municipal, em atendimento à Lei n.º 11.350 de 05/10/06 do Ministério da Saúde. Atualmente, 415 municípios assinaram a Lei de Desprecarização dos Vínculos de Trabalho, representando 99,52% do total de municípios baianos. O Módulo I do Curso Técnico do Agente Comunitário de Saúde foi concluído em 350 municípios e 6 já iniciaram o Módulo II. A implementação dessas ações visa acelerar a regularização dos vínculos de trabalho e a valorização do trabalho dos ACS. **Conclusão:** Na saúde, a precarização do trabalho é um desafio que precisa ser discutido e enfrentado por trabalhadores, gestores, conselhos e entidades de classe e, também, pelos diversos setores da sociedade civil. Existem esforços para enfrentamento desse desafio, com destaque para regulamentação de profissões e assinatura de Leis e Decretos que asseguram os direitos dos trabalhadores. Entretanto, é preciso reconhecer que a realidade, sobretudo nos municípios mais afastados dos grandes centros, se caracteriza por vínculos e condições de trabalhos precários e, ainda, muito distantes do que é preconizado pelos documentos oficiais. O trabalho do ACS precisa ser reconhecido pelo seu papel social e pela capacidade de contribuir para mudança no modelo de prestação de cuidados em saúde e conseqüente consolidação dos princípios e diretrizes do SUS. **Implicações para a Enfermagem:** A desprecarização do trabalho, ainda que de uma profissão não pertencente ao campo da enfermagem, representa um melhoria no processo de trabalho em saúde, que é, em sua natureza constituinte, um trabalho relacional e multiprofissional. Assim, para as enfermeiras que coordenam o trabalho dos ACS no atual modelo da Estratégia de Saúde da Família (ESF), a valorização desses

profissionais pode significar a manutenção do ACS na ESF por um período de tempo maior, contribuindo para a continuidade das estratégias pactuadas, o que se reflete na qualidade da assistência prestada à população. **Referências:** 1. Marx, K. O Capital – Crítica da Economia Política. Editora Abril, 1983. / 2. Antunes, R. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011. / 3. Nascimento, CMB. Precarização do trabalho do Agente Comunitário de Saúde: um estudo em municípios da região metropolitana do Recife. Trabalho Conclusão de Curso de Especialização. Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2005. / 4. Chizzotti A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, Vozes, 2006. / 5. Triviños, ANS. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

Descritores: Agente Comunitário de Saúde; Trabalho.

Área temática: Produção Social e Trabalho em Saúde e Enfermagem